

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

EMANOELLE BEATRIZ NATAL FONSECA

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR PARA
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE
APRENDIZAGEM EM CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO**

MARINGÁ
2024

EMANOELLE BEATRIZ NATAL FONSECA

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR PARA
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE
APRENDIZAGEM EM CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO**

Pesquisa apresentada como requisito parcial
para aprovação na disciplina “Trabalho de
Conclusão de Curso”, do curso de Pedagogia,
da Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Me. Italo Ariel Zanelato

Coorientadora: Dra. Elsa Midori Shimazaki

MARINGÁ,
2024

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM EM CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO

Emanoelle Beatriz Natal Fonseca

Orientador: Me. Italo Ariel Zanelato

Coorientadora: Dra. Elsa Midori Shimazaki

RESUMO

O presente artigo aborda os desafios e estratégias na flexibilização curricular para estudantes com deficiência ou transtornos específicos de aprendizagem em contextos escolares inclusivos. Investiga-se o problema: Quais as dificuldades enfrentadas pelos docentes no processo de adaptação curricular para esses alunos? O objetivo principal é identificar as barreiras na prática docente e analisar como o Plano Educacional Individualizado (PEI) pode auxiliar no atendimento às necessidades educacionais especiais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utiliza as abordagens bibliográficas e documentais, fundamentada na Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, que enfatiza a interação social no desenvolvimento cognitivo. Foram analisadas legislações como a constituição federal e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e estudos acadêmicos sobre adaptação curricular e práticas inclusivas. Os resultados indicam que a flexibilização curricular é essencial para promover a inclusão, mas enfrenta desafios como falta de formação docente, insuficiência de recursos pedagógicos e ausência de apoio especializado. Estratégias como o uso do PEI, tecnologias assistivas e metodologias colaborativas demonstraram ser ferramentas eficazes para viabilizar práticas pedagógicas inclusivas e equitativas, garantindo o direito à educação para todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Flexibilização e Adaptação Curricular, Plano Educacional Individualizado (PEI)

ABSTRACT

The present article addresses the challenges and strategies in curriculum flexibility for students with disabilities or specific learning disorders in inclusive school settings. The central question investigated is: What difficulties do teachers face in the process of curriculum adaptation for these students? The main objective is to identify barriers in teaching practices and analyze how the Individualized Educational Plan (IEP) can assist in meeting special educational needs.

The research is characterized as qualitative, employing bibliographic and documentary approaches and grounded in Vygotsky's Cultural-Historical Theory, which emphasizes the importance of social interaction in cognitive development. Legislations such as the Federal Constitution and the Brazilian Inclusion Law (Law No.13,146/2015) were analyzed, along with academic studies on curriculum adaptation and inclusive practices.

The findings indicate that curriculum flexibility is essential to promote inclusion but faces challenges such as lack of teacher training, insufficient pedagogical resources, and absence of specialized support. Strategies like the use of IEPs, assistive technologies, and collaborative methodologies have proven to be effective tools for enabling inclusive and equitable pedagogical practices, ensuring the right to education for all students.

Key-words: Special education; Curriculum Flexibility and Autonomy; Individualized Educational Program (IEP).

1 INTRODUÇÃO

O presente configura-se como pesquisa de final do curso de Pedagogia, requisito obrigatório para obtenção do título de pedagoga. Para isso elaborou-se o estudo com que tematiza os processos de flexibilização e adaptação curricular para alunos que integram ao Público Alvo da Educação Especial (PAEE). Entende-se que a diversidade dos sujeitos que compõem o ambiente escolar torna ainda mais desafiador o processo de ensino-aprendizagem. Os alunos com deficiências e/ou transtornos específicos de aprendizagem possuem direitos e um deles refere-se aos processos pedagógicos, que determina o atendimento às individualidades.

O presente trabalho buscará responder a seguinte questão: Quais as dificuldades encontradas pelos docentes no processo de realização das flexibilizações e adaptações curriculares para alunos com deficiências e/ou transtornos específicos de aprendizagem?

Para responder a este problema, tem-se como objetivo central identificar os problemas da prática docente que envolvem a flexibilização e a adaptação curricular, no contexto da educação inclusiva. Desdobrando-se em objetivos específicos: apresentar as dificuldades enfrentadas pelos professores ao adaptar e flexibilizar o currículo para alunos com deficiência e/ ou transtornos específicos de aprendizagem; e analisar o Plano Educacional Individualizado (PEI) como possibilidade para auxiliar os estudantes que são PAEE.

Para melhor encaminhamento, evidencia-se a necessidade de conceituar o PAEE, isto é, Pessoas com Deficiência (PcD) e/ou Transtornos Específicos da Aprendizagem. Assim, são PcDs aquelas pessoas que possuem alguma limitação biológica-orgânica, com necessidades a longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que pode limitar ou mesmo impedir sua participação efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim, de acordo com o Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “Institui a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no Artigo 2º considera como PcD

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A esse respeito Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (APA, 2022) especifica as deficiências, e apresentamos três deles:

- transtorno da deficiência intelectual: são uma das condições mais comuns, caracterizadas por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo. Essas limitações afetam habilidades como a resolução de problemas, a comunicação, a convivência social e a capacidade de realizar tarefas cotidianas. No ambiente escolar, alunos com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades para compreender conteúdos complexos e executar tarefas de maneira independente. No entanto, com o suporte adequado, podem desenvolver diversas habilidades e se beneficiar de estratégias de ensino diferenciadas.
- deficiências visuais são aquelas que afetam a capacidade de perceber

o mundo por meio da visão, podendo variar de uma simples redução da acuidade visual até a cegueira total. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma pessoa é considerada com deficiência visual quando sua acuidade visual é igual ou inferior a 20/200 (0,10) na melhor visão ou quando o campo visual é inferior a 20 graus (Brasil, 2005). As deficiências visuais podem ser causadas por condições genéticas, lesões oculares ou doenças como catarata, glaucoma e degeneração macular.

- deficiências auditivas incluem uma variedade de condições que resultam em dificuldade ou incapacidade de ouvir sons. Elas podem ser classificadas como deficiência auditiva leve, moderada, severa ou profunda, dependendo do grau de perda auditiva. A deficiência auditiva no contexto escolar exige estratégias de comunicação alternativas, como o uso de língua de sinais (como a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS), leitura labial ou aparelhos auditivos. Os professores devem ser capacitados para se comunicar de maneira eficaz com alunos surdos ou com perda auditiva, utilizando recursos tecnológicos e métodos visuais para garantir a compreensão do conteúdo (Oliveira, 2021). A adaptação do conteúdo pedagógico e a criação de uma abordagem inclusiva são essenciais para a participação plena dos alunos com deficiência auditiva.
- Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) abrangem condições que afetam amplamente o desenvolvimento de habilidades sociais, de comunicação e de comportamento. Dentro dessa categoria, destaca-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que é caracterizado por dificuldades na interação social, comunicação atípica ou limitada, comportamentos repetitivos e interesses restritos, além de possíveis alterações na sensibilidade sensorial. Essas características podem variar em intensidade, mas todas impactam a maneira como o indivíduo percebe e interage com o mundo. O diagnóstico precoce e o acesso a intervenções específicas, como terapias comportamentais, ocupacionais e de linguagem, são essenciais para ajudar na promoção da autonomia e qualidade de vida dessas pessoas.
- Já as altas habilidades ou superdotação dizem respeito a indivíduos

que apresentam desempenho excepcional em uma ou mais áreas, como inteligência, criatividade, liderança, artes ou habilidades acadêmicas. Pessoas com altas habilidades geralmente possuem grande capacidade de aprendizagem, pensamento crítico e curiosidade intensa, além de uma sensibilidade emocional mais acentuada. Apesar de seu alto potencial, podem enfrentar desafios, como desmotivação em ambientes pouco desafiadores, dificuldades de socialização ou até problemas emocionais, como ansiedade e perfeccionismo. Por isso, é importante oferecer suporte adequado, com estímulos apropriados e estratégias educacionais que favoreçam o pleno desenvolvimento de suas capacidades.

-

As deficiências podem alterar o aprendizado escolar, porque crianças com deficiência auditiva, por exemplo, podem enfrentar dificuldades em compreender a linguagem oral, o que pode afetar a leitura e a comunicação em sala de aula, desde o início da apropriação e no decorrer do processo. Já alunos com deficiência visual têm dificuldades em acessar materiais de leitura tradicionais e, por isso, necessitam de adaptações, como o uso de livros em braile, ampliação e tecnologias assistivas.

De acordo com o DSM-5 (APA, 2022), os Transtornos Específicos de Aprendizagem, estão classificados como Transtornos do Neurodesenvolvimento, constituem um grupo que apresenta significativas condições que afetam o desempenho escolar. Eles são classificados entre transtornos que atingem a leitura e escrita: dislexia e disgrafia, e o cálculo: discalculia. Assim encontramos as seguintes definições sobre eles:

- dislexia, que se refere a dificuldades persistentes na leitura, incluindo a dificuldade de decodificar palavras, compreender textos e identificar sons das palavras, é importante ressaltar que a dislexia está relacionada à forma como o cérebro processa informações escritas;
- discalculia, que envolve dificuldades no aprendizado de matemática, como entender conceitos numéricos, realizar cálculos e lidar com operações matemáticas e conceitos lógicos;
- disgrafia, que afeta a escrita, também é uma preocupação frequente no contexto escolar, podendo resultar em caligrafia ilegível,

dificuldades para organizar ideias de forma escrita e problemas na execução de tarefas que envolvem o uso do papel e da caneta.

Ressalta-se que o Transtorno do Espectro Autista (TEA), ainda que esteja classificado como transtorno, no DSM-5, a legislação brasileira estabelece na Lei nº 12.765, de 27 de dezembro de 2012, a qual “Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”, conhecida como “Lei Berenice Piana”, foi classificado como uma deficiência que afeta a comunicação social, o sensorial, a interação, a linguagem, o comportamento, entre outros, gerando prejuízos para vida da pessoa. Alunos com TEA podem apresentar dificuldades em compreender as normas sociais e se comunicar de forma eficaz, o que pode interferir em sua capacidade de interagir com colegas e professores, além de afetar o desenvolvimento acadêmico.

Como destaca o Ministério da Educação (MEC) a promoção do atendimento educacional especializado fundamentada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (Brasil, 2015) precisa respeitar as particularidades de cada aluno e oferecer recursos necessários para a aprendizagem e para o desenvolvimento das pessoas PAEE. A elaboração de planos pedagógicos individualizados e a utilização de tecnologias assistivas são ferramentas que podem garantir a educação de qualidade para esses alunos.

Cada uma dessas condições exige uma abordagem específica e individualizada, com estratégias pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos. A identificação precoce das dificuldades e o trabalho colaborativo entre educadores, familiares e profissionais especializados (equipe multidisciplinar) são essenciais para garantir que os alunos recebam o suporte adequado e possam alcançar seu potencial acadêmico.

É fato que a inclusão educacional, embora amplamente discutida e apoiada, enfrenta desafios no que diz respeito à adaptação e flexibilização curricular. Por isso, é de grande importância garantir que todos os alunos tenham suas habilidades e avanços devidamente reconhecidos. Portanto, faz-se fundamental investigar as estratégias que têm sido adotadas para a adaptação e flexibilização do currículo para esses estudantes, identificando práticas eficazes e elaborando melhorias que possam ser implementadas no contexto escolar.

1.1 ENCAMINHAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa que apresentamos configura-se como pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica é um tipo de investigação que envolve a coleta e análise de informações já publicadas sobre um determinado tema. De acordo com Severino (2014), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo descrever e classificar livros e documentos, utilizando critérios como autor, gênero literário, conteúdo temático e data de publicação. Para esta pesquisa bibliográfica utiliza-se fontes constituídas por material científico já elaborado, como produções científicas que abordam a temática sobre adaptação e flexibilização curricular.

A pesquisa de cunho documental, segundo Lakatos e Marconi (2003), é quando a fonte de coleta para pesquisa ocorre a partir dos dados contidos em documentos, ou seja, são as fontes primárias, são as matérias primas, na qual o pesquisador desenvolverá sua própria investigação e análise. Assim, analisa-se as leis dispostas na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE).

O referencial teórico que direciona este estudo está pautado nos conceitos da Teoria Histórico-Cultural, com ênfase em autores como: Vygotsky (1984, 1996, 1991); Leontiev (2005, 1991). A escolha metodológica se justifica pela ênfase dessa teoria na compreensão do contexto social, histórico e cultural no desenvolvimento humano. Por meio dessa metodologia, buscou-se analisar de forma aprofundada a aplicação dos princípios da referida teoria na prática educacional, contribuindo para o avanço do conhecimento na área da educação e para o aprimoramento das políticas e práticas pedagógicas.

A Teoria Histórico-Cultural, iniciada por Vygotsky, é uma abordagem que enfatiza o papel das interações sociais e culturais no desenvolvimento psicológico e cognitivo do indivíduo. Vygotsky (1984), sugere que o desenvolvimento humano, para pessoas com e sem deficiências, é moldado pela interação com o meio social, sendo de grande importância criar ambientes educacionais inclusivos e adaptados que permitam a mediação cultural e a participação ativa desses indivíduos. Assim, a educação especial deve promover o potencial de cada aluno, considerando suas particularidades e valorizando o apoio e a interação social como mediadores para o

aprendizado. Conforme o autor afirma, “A aprendizagem é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento culturalmente organizado das funções psicológicas” (Vygotsky, 1984, p. 98).

Para a teoria histórico-cultural, a educação especial não é apenas uma forma de ensino adaptado, mas uma prática que reconhece o papel essencial do ambiente social e cultural no desenvolvimento dos indivíduos com deficiência. Vygotsky argumenta sobre a importância de focar nas capacidades dos alunos em vez de nas limitações, especialmente em sua obra “Fundamentos da Defectologia” (1996), na qual explora o desenvolvimento de crianças com deficiência. Ele defende que o processo educativo deve estimular as potencialidades e habilidades dos alunos, enfatizando a mediação social e o papel ativo dos educadores e colegas no desenvolvimento de cada indivíduo e oferecendo um espaço educacional que se ajuste às necessidades de cada um. A esse respeito, Vygotsky afirma que “O desenvolvimento cognitivo ocorre primeiramente no plano social para, em seguida, ser internalizado pelo indivíduo” (Vygotsky, 1984, p. 95).

Um dos conceitos mais importantes de Vygotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definida como a distância entre o que o indivíduo consegue fazer de forma independente, e aquilo que ele realiza com o auxílio de alguém mais experiente, como um professor ou colega. Vygotsky explica que a ZDP é o “Espaço onde se dá a verdadeira aprendizagem, pois envolve habilidades em desenvolvimento que serão internalizadas através da assistência de outros” (Vygotsky, 1984, p. 99). Esse conceito oferece uma compreensão sobre o potencial de desenvolvimento, destacando a importância de práticas educacionais que incentivem a colaboração, guiando o educador a atuar como mediador do conhecimento. Fato é que a educação escolar ocorre precisamente na ZDP, pois o trabalho do professor no processo de ensino-aprendizagem, atua entre o que as funções psíquicas já aprendidas e realizadas de maneira independente e aquelas que carecem de auxílio.

A educação especial, na perspectiva de Vygotsky, é um processo dinâmico e colaborativo, que tem o objetivo construir um ambiente de aprendizado onde as diferenças são reconhecidas. Este enfoque ressalta que o desenvolvimento das

Funções Psicológicas Superiores¹ (como pensamento, memória, abstração, raciocínio lógico, entre outros) ocorre por meio de experiências sociais e culturais, e que a adaptação e a integração desses alunos na sociedade são possíveis quando se respeitam suas individualidades, promovendo o máximo desenvolvimento de suas potencialidades.

Outro aspecto relevante da teoria de Vygotsky é a mediação simbólica², especialmente através da linguagem. Vygotsky argumenta que a linguagem é uma ferramenta psicológica essencial, que “[...] ajuda os indivíduos a organizarem seu pensamento e a refletir sobre suas ações” (Vygotsky, 1984, p. 112). No contexto da educação especial, a linguagem, falada ou por outras formas de comunicação, como Libras ou sistemas alternativos de comunicação, é um recurso de mediação que pode facilitar o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo de alunos com diferentes necessidades. Ao proporcionar esses recursos, os educadores contribuem para o processo de construção do conhecimento, ampliando as possibilidades de interação e aprendizagem.

A inclusão é uma realidade perceptível no ambiente escolar, e para que ela ocorra, é importante que os professores saibam adaptar e flexibilizar atividades curriculares, de modo conceitual e prático, para que, as atividades e as avaliações pedagógicas sejam propostas para atender demandas individuais e específicas de cada estudante. Outrossim, a adaptação e a flexibilização curricular são instrumentos necessários para garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar destes estudantes, como garante a Constituição Federal (1988) e a LDBEN 9.394 (1996).

De acordo com a “Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais” (1994), os estudantes devem ser auxiliados para que sua aprendizagem ocorra de modo efetivo, seja com programas adicionais, assistência de profissionais ou mesmo de professores especializados. Nesse sentido, políticas públicas são implementadas por intermédio de leis que auxiliam na integração do estudante com deficiência na sociedade, bem

¹ As funções psicológicas superiores, conforme a teoria de Vygotsky, são processos mentais complexos, como a linguagem, o raciocínio lógico e a memória, que se desenvolvem a partir da interação social e da mediação cultural.

² A mediação simbólica, conforme a teoria de Vygotsky, refere-se ao processo pelo qual os indivíduos utilizam ferramentas culturais, como a linguagem, os signos e os símbolos, para mediar suas interações com o mundo e com os outros.

como na apropriação do conhecimento.

Considera-se que a educação das pessoas que necessitam do AEE no ensino regular obteve avanço a partir dos documentos legais e das declarações internacionais, mas ainda há muitos aspectos a serem revistos, dentre eles citamos a apropriação do conhecimento escolar por essas pessoas.

O AEE dessas pessoas está assegurado na Constituição Federal (1988) normatiza que seja preferencialmente em escolas regulares de ensino, a considerar a garantia na “[...] transversalidade da educação especial desde a Educação Infantil até o Ensino Superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino” (Brasil, 2008, p. 8).

Para tratarmos de educação especial no contexto de escola regular, é importante contextualizar as demandas de acessibilidade. Compreende-se que a acessibilidade como um dos requisitos para a inclusão e, conseqüentemente, à cidadania. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu Artigo 3º, Inciso I, define como acessibilidade:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida [...] (Brasil, 2015).

Acessibilidade é a condição que garante a todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência, a possibilidade de utilizar produtos, serviços e acesso a ambientes de forma plena, segura e independente. Isso implica em adaptações físicas, tecnológicas e de comunicação, para assegurar que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades e possam participar da sociedade sem empecilhos. A acessibilidade abrange, por exemplo, infraestrutura, tecnologia da informação, materiais didáticos e comunicação, promovendo inclusão e equidade.

O artigo 2º da LDBEN, Lei nº 9.394/1996, estabelece que a educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Essa diretriz reforça o papel da educação na formação de cidadãos conscientes e críticos, aptos a participar ativamente da sociedade e a contribuir para seu progresso. Ao destacar a cidadania como um dos pilares da educação, a LDBEN reconhece a necessidade de promover

valores democráticos, o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (BRASIL, 1996).

Por conseguinte, entende-se por cidadania a possibilidade de o indivíduo participar de forma interativa da sociedade em que está inserido. A escola deveria se preocupar com a efetivação da cidadania e, no caso das pessoas com deficiência, a questão teria de ser trabalhada com mais cuidado, visto que é necessário o conhecimento sobre os seus próprios direitos. Vygotsky (1991) postula que o ensino comprometido com a aquisição de conhecimentos elaborados é um dos instrumentos essenciais para a formação da cidadania. Segundo ele, o aprendizado escolar, ao mediar o contato dos indivíduos com conhecimentos científicos e culturais, promove o desenvolvimento de funções psicológicas superiores e contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Para Vygotsky, o conhecimento adquirido na escola não é apenas um acúmulo de informações, mas uma ferramenta que amplia as capacidades cognitivas, nesse sentido, Vygotsky argumenta que o acesso ao conhecimento científico e sistematizado, ao desenvolver habilidades como a reflexão crítica e a tomada de decisões, fortalece as bases da cidadania. Ele destaca que a educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, ao promover o desenvolvimento de competências que capacitam os indivíduos a participarem de forma ativa e consciente na vida social e política (Vygotsky, 1991, p. 47). Assim, ao valorizar o ensino como um meio de construção da cidadania, Vygotsky coloca a educação como um direito essencial para todos e um pilar para a transformação social.

A presente pesquisa, aborda temas fundamentais para a compreensão e implementação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar. Inicialmente, apresenta os conceitos de adaptação e flexibilização curricular, analisando suas definições, objetivos e importância para a garantia do direito à educação. Em seguida, discute-se os desafios enfrentados pelos docentes na construção de estratégias pedagógicas voltadas à adaptação e flexibilização curricular, destacando as dificuldades práticas e teóricas que permeiam o trabalho docente. Por fim, apresenta-se o Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma ferramenta essencial para viabilizar essas práticas, com enfoque na sua aplicação

para atender às necessidades educacionais de alunos com deficiências e transtornos específicos de aprendizagem.

ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR NA BUSCA POR CONCEITOS CIENTÍFICOS

No contexto da educação inclusiva, os conceitos de “flexibilização” e “adaptação” são fundamentais para garantir que todos os estudantes, independente de suas condições biopsicossociais, apropriem-se dos saberes curriculares. Embora sejam frequentemente utilizados de maneira equivocada (como idênticos), tais conceitos possuem características distintas que serão detalhadas para uma aplicação prática correta no processo de ensino-aprendizagem.

Apesar dos avanços da educação especial nos últimos anos, educadores ainda apresentam certa incredulidade ou mesmo insegurança no processo de inclusão educacional à estudantes com deficiências, principalmente ao que tange a aprendizagem. Isso porque houve uma alteração na compreensão sobre as políticas e sobre as práticas inclusivas, seja por meio de políticas públicas ou de adequações em escolas e comunidades.

A educação especial não tem tratado seus avanços apenas ao que diz respeito ao acesso do PAEE, mas as políticas implantadas pelo Ministério da Educação (MEC), oriundas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007), da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2008), e da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a educação das pessoas com deficiência (ONUBR, 2013), tais documentos atestam que a educação inclusiva é direito todos os alunos. Contudo, apesar dos avanços, ainda há empecilhos no processo de inclusão que não podem ser ignorados, algumas delas é a incompreensão sobre os conceitos do que é adaptar e o que é flexibilizar o currículo.

De acordo com o Dicionário Online de Português (2024, s/p.), o termo “adaptação” expressa a ideia de: “Ação de adaptar, de ajustar uma coisa à outra; resultado desta ação: adaptação do texto ao tema”, o que remete a ideia de um “remendo”. No contexto de educação inclusiva, por vezes, trata-se de “remendos no currículo”, que não são suficientes para que o aprendizado continue ocorrendo,

contraditório ao que defende a educação inclusiva. Pois, expõem a não compreensão daquilo que é a individualidade de cada estudante (especificações). Exemplo disso, é a redução do tempo de permanência na instituição de ensino para alguns estudantes com base em seus diagnósticos. Outro “remendo” comum é o das assim chamadas “adaptações curriculares”, muitas vezes apontadas como “a” solução diante do desafio de incluir alunos com deficiência intelectual, autismo ou transtornos de aprendizagem.

A adaptação curricular pode ser entendida como uma mera redução do conteúdo para alguns estudantes sob a alegação de que esses não têm condições de acessar o currículo comum como os demais. Haja vista que ela envolve modificações específicas no currículo básico para responder às necessidades individuais dos estudantes, particularmente aqueles com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem.

O trabalho na educação inclusiva implica em ofertar as mesmas propostas ao coletivo, como também adequá-las às necessidades de cada estudante, com olhar mais cuidadoso naqueles que podem sofrer com a exclusão do processo de ensino-aprendizagem e da participação em todas as instâncias escolares. O professor deve realizar modificações nas estratégias pedagógicas, considerando a complexidade, quantidade e temporalidade para que “todos” acessem o mesmo currículo.

Dessa forma, a adaptação deve ser entendida como uma estratégia de planejamento docente, para assegurar que cada aluno tenha seu processo de aprendizagem realizado, de maneira personalizada. Contudo, é necessária a busca de uma forma para efetivar a pedagogia inclusiva, alinhada aos princípios que promovem a equidade no acesso ao conhecimento e à participação educacional, o que pode conduzir a uma intervenção voltada para cada indivíduo, baseada em uma visão que considera a deficiência como a única explicação para as dificuldades de aprendizagem. Nesse modelo, o currículo é moldado em torno das limitações, destacando as incapacidades que as potencialidades dos alunos.

O professor pode priorizar determinados objetivos de aprendizagem para um aluno, oferecendo o ensino às necessidades educacionais específicas. Isso significa que ele pode buscar e empregar estratégias pedagógicas para alcançar objetivos que sejam mais importantes para o desenvolvimento do aluno, deixando outros objetivos, menos prioritários, em segundo plano. Essa priorização é baseada na

análise do que o aluno já aprendeu e na relevância de cada objetivo para promover a aprendizagem interativa e o desenvolvimento. Cabe ao professor decidir a sequência dos conteúdos e suas subdivisões, considerar as unidades ou os itens que terão maior prioridade e quais receberão maior ênfase, sempre considerando as necessidades individuais do aluno.

Conforme Glat e Pletsch (2010), as adaptações podem incluir mudanças no formato das atividades, nos materiais utilizados ou no tempo destinado à realização das tarefas, para assim, proporcionar condições de semelhantes na aprendizagem. A adaptação curricular direciona-se às necessidades individuais dos alunos, focando em suas potencialidades específicas.

Em sua análise sobre as práticas inclusivas, Oliveira (2017, p. 112) afirma que “[...] adaptar o currículo significa realizar ajustes nas metodologias e nas formas de avaliação, de modo que o aluno possa participar de maneira plena e significativa do processo de aprendizagem, respeitando suas necessidades específicas”. Essas modificações podem envolver, por exemplo, o uso de tecnologias assistivas, materiais adaptados, a alteração da complexidade do conteúdo abordado, mantendo os objetivos pedagógicos, mas ajustando a forma como o conteúdo é apresentado ou trabalhado. Alunos com deficiência visual podem ter acesso ao conteúdo por meio de livros em braille, escrita ampliada ou material em áudio.

A adaptação curricular, embora essencial para atender às necessidades educacionais de cada aluno, pode levar à exclusão de determinados conteúdos considerados menos relevantes ou secundários para o seu desenvolvimento. Dessa forma deve-se considerar e trabalhar todos os conteúdos estabelecidos pelas normas legais, pois educação inclusiva é uma educação de qualidade, distante de qualquer forma de esvaziamento do conteúdo.

Essa exclusão pode reforçar desigualdades educacionais, alunos com deficiência e/ou necessidades específicas de aprendizagem podem acabar recebendo uma formação limitada em comparação aos demais alunos, o que pode dificultar sua inserção no mundo acadêmico, profissional e social de maneira equitativa.

A exclusão de conteúdos, pode reforçar práticas segregadoras, mantendo a ideia de que alguns alunos são incapazes de alcançar determinados níveis de aprendizagem. Substituir conteúdos ou objetivos, em vez de eliminá-los, é uma alternativa mais alinhada a essa abordagem, garantindo que o aluno receba o

suporte necessário para participar do processo educativo.

Portanto, a educação inclusiva exige que as adaptações curriculares sejam feitas de forma a garantir que todos os alunos tenham acesso ao currículo integral, com as devidas estratégias de suporte pedagógico. Em vez de excluir conteúdos, o foco deve estar na criação de métodos e abordagens que tornem o aprendizado acessível para todos, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária.

Ao inclusão pressupõe-se o respeito às especificidades de cada estudante, ao que se refere ao acesso à educação, nos é exigido que outro conceito seja definido, o de “flexibilização”. De acordo com o Dicionário Online de Português (2024, s/p.) flexibilização significa: “Ação ou efeito de flexibilizar, de tornar flexível, menos rígido: flexibilização de normas de trabalho”.

Logo, a flexibilização remete oposição ao que é duro, fechado, fixo. Contudo, não cabe a defesa da flexibilização, pois o resultado da falta de rigidez para estudantes PAEE pode resultar no esvaziamento da função da escola. Isto é, com a ideia divulgada que flexibilizar, significa uma simplificação dos conteúdos, das atividades, das metodologias, enfim das práticas pedagógicas para atender a especificidade dos estudantes, pode acarretar no esvaziamento da função da escola, que é impreterivelmente a divulgação e condução dos estudantes aos conceitos científicos.

Ou seja, flexibilizações e adaptações curriculares não são a mesma coisa, e a distinção entre elas é fundamental. A própria palavra “adaptado” sugere um “remendo”, uma alteração pontual, feita para um grupo específico de estudantes: os “diferentes”. Isso implica a ideia de que os demais alunos seriam todos iguais, considerar a diversidade.

Entretanto, ao se tratar da flexibilização curricular, pode haver uma outra possibilidade de entendimento que se refere ao currículo dinâmico e não rígido, que se ajusta à diversidade dos estudantes, levando em conta suas diferentes necessidades e contextos culturais. Essa abordagem busca equilibrar o que é comum a todos com as especificidades individuais, sendo apresentada como uma medida para organizar o ensino de forma a atender à heterogeneidade presente nas salas de aula. Trata-se de uma proposta mais ampla e coletiva, orientada para adaptar a organização pedagógica em função da diversidade.

De acordo com Lück (2015), a flexibilização do currículo implica em “[...] um

currículo que não é rígido, mas aberto a mudanças, permitindo que os alunos se desenvolvam em seu próprio ritmo e de acordo com suas potencialidades” (p. 67). A autora enfatiza que a flexibilização deve ocorrer não apenas em termos de conteúdo, mas também em relação às estratégias de ensino, tempo de aprendizado e formas de avaliação, permitindo que cada aluno tenha acesso ao conteúdo de maneira personalizada.

Ainda segundo Lück (2015), “[...] a flexibilização curricular busca, portanto, garantir a personalização do ensino, adaptando-se aos diferentes tempos e estilos de aprendizagem dos alunos, sem comprometer os objetivos educacionais” (p. 69). Isso significa que, em um contexto inclusivo, ela permite uma abordagem ampla e diversificada, que vai além das modificações nos conteúdos, impactando também a organização do processo de ensino-aprendizagem.

Outrossim, no contexto da educação é preciso a garantia de direitos à diferença no currículo. Refere-se à busca pela articulação entre a base curricular comum e a realidade dos estudantes, sem perder de vista suas características sociais, culturais e individuais. Esse processo envolve a integração dos diferentes estilos de aprendizagem e das diferentes formas de aprender presentes na sala de aula, para que todos os alunos se reconheçam no currículo e possam se tornar protagonistas de seu próprio percurso educacional.

Para falar sobre as flexibilizações, ou mesmo adaptações, necessárias e possíveis, Beyer (2006) sinaliza um importante desafio:

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas (Beyer, 2006, p. 76).

A prática escolar deve ser aquela que, mesmo flexibilizada, as pessoas apropriem de conhecimentos científicos desenvolvido ao longo da história, mediante as diferentes interações. Considera-se, como função da escola a transformação dos conceitos cotidianos e científicos. Vygotsky em “A formação social da mente” (1993) expõem a diferença entre os conceitos científicos e os conhecimentos espontâneos, e enfatiza que os conhecimentos científicos são aqueles que ocorrem no ambiente escolar, mediante instrução.

Os conceitos iniciais que foram construídos na criança ao longo de sua vida no contexto de seu ambiente social (Vygotsky chamou esses conceitos de "diários" ou "espontâneos", espontâneos na medida em que são formados independentemente de qualquer processo especialmente voltado para desenvolver seu controle) são agora deslocados para um novo processo, para nova relação especialmente cognitiva com o mundo, e assim nesse processo os conceitos da criança são transformados e sua estrutura muda. Durante o desenvolvimento da consciência na criança o entendimento das bases de um sistema científico de conceitos assume agora a direção do processo (9)."(Vygotsky, 1993, p. 86, grifos nossos).

Os conceitos científicos, de acordo com ele, são indispensáveis para o desenvolvimento do sujeito, para o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, na ótica de que a aprendizagem promove desenvolvimento. Ao explicar o processo de formação de conceitos científicos, Vygotsky exemplifica sua tese:

O desenvolvimento das crianças nunca acompanha o aprendizado escolar da mesma maneira como uma sombra acompanha o objeto que o projeta. [...] Na realidade, existem relações dinâmicas altamente complexas entre os processos de desenvolvimento e de aprendizado, as quais não podem ser englobadas por uma formulação hipotética imutável. [...] O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer (1993, pág. 61).

Os conceitos científicos trabalham diretamente sobre aquelas funções e aprendizagens que a criança ainda não conseguiu desenvolver sozinha (ZDP). No contexto de ensino, o professor ou um colega mais experiente em relação a um determinado conceito ajuda a criança a se apropriar desse conhecimento. Esse processo amplia o potencial de aprendizagem da criança, tornando possíveis novas compreensões. Dessa forma, a criança progride em seu desenvolvimento graças à mediação do professor ou do colega, que facilita a internalização dos conhecimentos. E isso não pode se equiparar aos saberes espontâneos, pois para Vygotsky (1993) os conceitos espontâneos, desenvolvem-se a partir da experiência direta da criança com o meio, enquanto os conceitos científicos estão vinculados às atividades e objetivos presentes no contexto escolar. Em outras palavras, os

conceitos cotidianos têm origem na esfera do perceptivo e do concreto, sendo abstrações derivadas do contato com objetos. Já os conceitos científicos representam um nível mais elevado de abstração, construídos com base nos próprios conceitos cotidianos. Essa diferença de origem — os conceitos cotidianos ancorados no objeto e os científicos estruturados a partir de outros conceitos — resulta em características e trajetórias de desenvolvimento distintas e, por vezes, opostas.

Apesar das diferenças entre as duas formações conceituais, elas não se desenvolvem de forma isolada. Pelo contrário, ao longo de seu progresso, estabelecem relações estreitas que favorecem o avanço mútuo. Vygotsky explica, da seguinte maneira:

Os conceitos científicos, ao serem introduzidos, inevitavelmente transformam os conceitos espontâneos formados anteriormente. [...] A interação entre esses dois tipos de conceitos resulta em uma reestruturação qualitativa do pensamento da criança, promovendo um desenvolvimento mais elevado das funções psicológicas superiores (Vygotsky, 1993, p. 86)

A citação é fundamental para compreender o pensamento de Vygotsky. Ele argumenta que não há conflito entre o desenvolvimento dos conceitos espontâneos (saberes práticos e generalistas) e científicos (sistematizados e específicos). Embora sigam trajetórias opostas, esses conceitos não se chocam nem se transformam uns nos outros. Pelo contrário, colaboram mutuamente para o desenvolvimento da criança.

Esse processo é entendido como um único percurso de formação conceitual, pois, mesmo originados em circunstâncias diferentes, os conceitos cotidianos e científicos estão em constante interação. É importante ressaltar que a formação de qualquer conceito não se encerra no momento em que o sujeito compreende pela primeira vez o significado de um novo termo ou conceito. Nesse ponto, apenas se inicia o processo de desenvolvimento, uma regra que se aplica tanto aos conceitos cotidianos quanto aos científicos.

O ponto fulcral está no fato de que os conceitos científicos proporcionam um desenvolvimento cognitivo e a reorganização dos conceitos, pois são organizados sistematicamente e aprendidos de maneira consciente “[...] a tomada de consciência vem por meio dos conceitos científicos” (Vygotsky, 1993, p. 214). Fato é que na

escola os conceitos são aprendidos de maneira sistematizada, explicitando as relações de um conceito com os outros. A tomada de consciência sobre os conceitos, produz a organização das redes das quais fazem parte, e é fundamental para o desenvolvimento mental.

Os conceitos científicos ao serem levados para a mente da criança por intermédio do aprendizado dos conceitos científicos são transferidos para a aplicação e compreensão dos conceitos espontâneos. Assim, a escola e o aprendizado ganham destaque na promoção do desenvolvimento infantil.

Nossa conceituação acerca de flexibilização e adaptação curricular, não está na legitimação de excluir tais práticas do contexto escolar. Compreendemos que a escola não está dando da aprendizagem de todos os estudantes, e ainda o fato de que não está sendo capaz de superar a dificuldade histórica da inclusão de todos; o que resulta em práticas de camuflagem (adaptação e flexibilização) do problema.

O que deve predominar é a defesa das diferenças, o que exige atenção para que os estudantes não sejam privados dos conceitos científicos que são essenciais para o desenvolvimento do seu psiquismo, e a compreensão do meio em que estão inseridos.

O TRABALHO DOCENTE É A DIFICULDADE DE CONSTRUIR ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Os professores têm enfrentado dificuldades na construção de estratégias pedagógicas que efetivem de fato a adaptação e flexibilização curricular necessárias para atender às necessidades de cada estudante, diante disso, torna-se fundamental compreender as barreiras enfrentadas pelos professores e as possíveis soluções que possam garantir o acesso e a permanência de todos os alunos no processo educativo, considerando suas especificidades e potencialidades.

Concordamos com Shimazaki e Fellini (2022), que um dos maiores desafios atuais em relação ao público da educação especial é fazer com que todos que adentram à escola se apropriem do conhecimento científico, função basilar da escola, pois é um dos instrumentos necessários à cidadania. Para que o aprendizado do AEE se efetive é necessário que o currículo atenda as demandas reais de cada indivíduo, interpretando as especificidades de cada pessoa com

deficiência ou transtornos específicos de aprendizagem. Nesse contexto, a adaptação e a flexibilização adentram o vocabulário educacional, integrantes das práticas cotidianas dos docentes.

A formação inicial de professores não tem sido suficiente para incluir metodologias de ensino inclusivas ou adaptativas, o que gera uma lacuna entre o que é necessário para a inclusão educacional e as competências que os professores possuem (Mantoan, 2006). Podemos evidenciar isso no texto de Souza Bringel (2023) que apresenta a formação docente como um aspecto crítico, pois, muitos professores relatam não se sentirem preparados para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem, ressaltando a necessidade de capacitações continuadas e formação específica em estratégias inclusivas.

A flexibilização curricular, muitas vezes, exige o uso de materiais didáticos diferenciados, tecnologias assistivas e a realização de ajustes nas avaliações, mas, muitas escolas carecem desses recursos, o que limita a capacidade dos docentes de adotar práticas inclusivas. Além disso, a falta de suporte especializado, como psicopedagogos ou professores de apoio, agrava a situação. A inclusão exige mais que a adaptação e a flexibilização do ensino, é preciso a garantia de que os professores tenham o suporte necessário para lidar com a complexidade das necessidades de aprendizagem dos alunos (Brasil, 2008).

Este desafio é retratado por Souza e Bringel (2023) ao trazerem um exemplo na prática a experiência relatada na Escola de Ensino Fundamental João Teles de Carvalho, localizada no município de Brejo Santo, na mesorregião sul cearense, possuindo uma população de quase 55 mil habitantes, situado na região do Cariri, com distância de 70 km de Juazeiro do Norte, no Ceará, e a mais de 500km da capital do estado Fortaleza, a criação de materiais didáticos com recursos recicláveis tem sido uma alternativa diante da ausência de suporte financeiro adequado, apesar disso, a escassez de recursos continua impactando negativamente o processo de ensino e aprendizagem.

Além dessas questões tratadas, a sobrecarga de trabalho também foi um fator perceptível que contribui para a dificuldade na adaptação e flexibilização curricular. Com turmas numerosas e demandas diversas, muitos professores têm dificuldade em planejar e implementar estratégias pedagógicas adequadas para

cada aluno. Isso é um grande desafio quando os professores lidam com uma grande diversidade de necessidades dentro da sala de aula, incluindo alunos com transtornos de aprendizagem, deficiências físicas ou intelectuais, ou dificuldades de linguagem. De acordo com Souza e Bringel (2023, p. 460),

[...] as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem são grandes e os professores encontram diversas demandas que precisam ser superadas, tais como: melhor capacitação dos professores, falta de material pedagógico, difícil acessibilidade para os alunos portadores de deficiência, entre outras.

Outra dificuldade que os autores destacam é a falta de infraestrutura física adequada nas escolas, a escassez de materiais pedagógicos específicos, a insuficiência de formação especializada para professores e a ausência de suporte profissional de saúde, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. A carência como rampas e banheiros acessíveis, é um obstáculo significativo para a inclusão efetiva de alunos com deficiência (Souza; Bringel, 2023).

O artigo de Costa (2011), “Adaptação Curricular na Escola Inclusiva e seus Reflexos no Processo da Aprendizagem e Socialização dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais”, apresenta contribuições o entendimento da adaptação curricular como uma ferramenta indispensável para a efetivação da inclusão escolar. A autora destaca que, mesmo que os professores entendam quão importante são essas práticas, os desafios estruturais, a formação inadequada e a falta de recursos, ainda dificultam sua implementação plena de práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, a pesquisa evidenciou avanços na percepção e predisposição dos educadores em adotar estratégias adaptativas que valorizem as potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Como aponta Costa (2011, p. 39):

A adaptação curricular deve ser compreendida não apenas como um meio de ajustar o currículo às peculiaridades dos alunos, mas como uma prática que reconhece a diversidade humana e promove a inclusão em seu sentido mais amplo. Embora ainda existam limitações em sua aplicação, a conscientização dos professores e o apoio institucional são fatores que podem transformar positivamente o ambiente escolar.

Isto nos mostra a necessidade de maior investimento na formação de professores e na estrutura das escolas, para que a inclusão se consolide com sucesso. Além das questões estruturais e pedagógicas, precisamos destacar a importância de uma cultura de inclusão dentro das escolas. A conscientização de toda a comunidade escolar, incluindo os alunos da sala de aula e famílias, é fundamental para reduzir preconceitos e construir um ambiente acolhedor, que valorize a diversidade. Entretanto Pletsch & Glat (2012) afirmam que é necessário mais do que mudanças nas práticas pedagógicas e propor alterações curriculares, faz se imprescindível

Disponibilizar conhecimentos teórico-práticos e suporte aos profissionais da Educação para que possam realizar mediações pedagógicas que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, sobretudo daqueles que apresentam necessidades educacionais especiais (Pletsch & Glat, 2012, p.11).

Em síntese, o trabalho docente na elaboração de estratégias pedagógicas para adaptação e flexibilização curricular apresenta desafios, principalmente no que diz respeito à adequação às necessidades individuais dos alunos. A falta de formação específica, a limitação de recursos e o próprio processo de planejamento de atividades adaptadas são obstáculos que dificultam a efetividade das práticas inclusivas. No entanto, essas dificuldades reforçam a necessidade de ferramentas e abordagens que orientem os educadores na busca por uma educação mais equitativa e personalizada.

As tecnologias assistivas têm desempenhado um papel cada vez mais importante na promoção da inclusão educacional, permitindo que alunos com deficiência e/ou com transtornos específicos de aprendizagem tenham acesso equitativo ao currículo escolar. A utilização dessas tecnologias, juntamente com o uso de materiais didáticos adaptados, como livros em braile ou áudio-livros, pode criar um ambiente de aprendizagem mais acessível e equitativo para todos os alunos (BRASIL, 2017).

A pesquisa de Silva (2020) confirma que a utilização de tecnologias assistivas nas escolas pode potencializar as práticas pedagógicas inclusivas, principalmente em contextos de escolas públicas que enfrentam limitações de

recursos. No entanto, a capacitação dos professores para o uso dessas tecnologias é essencial, pois, sem o conhecimento adequado, os docentes podem ter dificuldade em integrar tais ferramentas de forma eficaz ao processo de ensino.

Além disso, as tecnologias assistivas estão ligadas à inovação pedagógica, no sentido de que elas permitem uma personalização do ensino e a adaptação das estratégias de ensino de acordo com as necessidades de cada aluno. Costa (2011) reforça a ideia de que, ao utilizarem tecnologias assistivas, os professores têm a oportunidade de inovar suas práticas pedagógicas, criando atividades mais dinâmicas e interativas que atendem de maneira mais eficaz a diversidade de necessidades de aprendizagem presentes na sala de aula.

A inovação pedagógica também envolve o uso de metodologias ativas, como o ensino baseado em projetos, aprendizagem por colaboração, jogos educativos e o uso de plataformas digitais de ensino, que tornam o processo de aprendizagem mais flexível e acessível para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. Para Pletsch e Glat (2012), a incorporação de novas tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras deve ser encarada como uma estratégia indispensável para garantir que a educação inclusiva não seja apenas uma proposta teórica, mas uma realidade prática no cotidiano escolar.

A avaliação contínua e diversificada também é essencial para garantir que a flexibilização curricular seja eficaz. A avaliação deve ser adaptada às capacidades dos alunos, respeitando suas dificuldades e progressos.

A construção de estratégias pedagógicas para adaptação e flexibilização curricular é um processo desafiador para os docentes, que enfrentam obstáculos como a falta de formação adequada, sobrecarga de trabalho e escassez de recursos. No entanto, a adoção de práticas inclusivas é fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Para superar essas dificuldades, é essencial que os professores contem com apoio institucional, recursos pedagógicos adequados e uma formação contínua que os capacite a lidar com a diversidade de necessidades em suas salas de aula. Assim, a escola pode se tornar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acessível, promovendo o pleno desenvolvimento de todos os seus alunos. Nesse contexto, a próxima seção explora o Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma estratégia estruturada e eficaz para

atender às demandas específicas de alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem.

O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO COMO ESTRATÉGIA PARA A ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E/OU TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Atualmente uma estratégia que é possível utilizar como uma alternativa para atender parte das demandas encontradas pelos professores, é o Plano de Educação Individualizado (PEI). O PEI foi previsto como ferramenta de inclusão para pessoas com deficiência na Lei nº 13.146/2015. Vianna, Silva & Siqueira (2011) explicam que para a elaboração do PEI, é de grande importância ter como base as necessidades individuais do aluno e de que maneira elas devem ser supridas, apontando quais tarefas são prioritárias e quais são os modos de avaliação. É uma preparação, segundo Vianna, Silva e Siqueira (2011) exige o auxílio de muitas pessoas na sua implementação quando relata que,

Para favorecer sua viabilização, o plano deve ser desenvolvido com metas a serem atingidas em curto e em longo prazo, bem como contar com a participação de todos os membros da comunidade escolar e da família de cada aluno. Tal proposta vem sendo apresentada no Brasil como uma importante estratégia para elaborar, implementar e avaliar adaptações curriculares que favoreçam a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares de ensino, norteadas as ações pedagógicas dos professores (Vianna; Silva; Siqueira, 2011, p.4).

Os autores abordam ainda que o PEI pode ser um recurso necessário para promover processos de inclusão na escola, através de um olhar individualizado. Seguindo este pensamento Vianna; Silva; Siqueira (2011) ainda explicam que o PEI se consiste basicamente em três etapas:

O planejamento colaborativo, avaliação e as adaptações curriculares. Possuindo metas de curto, longo e médio prazo. O instrumento tem que ser constantemente revisado e avaliado, observando se os objetivos foram alcançados, caso contrário é

necessário readequá-los (Vianna; Silva; Siqueira, 2011, p. 5).

Para Pletsch; Glat (2012), no PEI é preciso destacar as dificuldades educacionais específica do estudante, se baseando nas observações e avaliação de sala de aula e nas informações adquiridas por uma equipe multidisciplinar, sejam eles professores, pedagogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, pessoas da família, entre outros. Glat (2012) esclarece que,

Existem diferentes formas e estruturas de um plano educacional individualizado, mas em geral, este deve conter informações básicas sobre o aluno tais como: nome, idade, quanto tempo está na escola, aprendizagens já consolidadas, dificuldades encontradas, objetivos para este aluno, metas e prazos, os recursos ou adaptações curriculares utilizadas e os profissionais envolvidos na elaboração do plano (Glat, 2012, p.7).

Sendo assim, o Plano Educacional Individualizado (PEI) é um documento que visa garantir que os alunos com deficiência ou transtornos específicos de aprendizagem recebam o apoio necessário para o seu desenvolvimento escolar. Ele é uma ferramenta essencial para a personalização do ensino, pois possibilita que os professores ajustem o currículo e as metodologias pedagógicas às necessidades específicas de cada aluno, respeitando suas individualidades. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), o PEI deve ser elaborado para garantir que os alunos com deficiência tenham acesso aos conteúdos curriculares de forma acessível e eficaz, considerando suas dificuldades e potencialidades.

O PEI também define metas específicas e realistas ao aluno, com o objetivo de promover seu desenvolvimento. Esses objetivos devem ser mensuráveis e ajustados periodicamente, o plano indica as práticas pedagógicas e as adaptações necessárias no currículo, como o uso de recursos didáticos diferenciados, tecnologias assistivas, adaptação do ambiente escolar ou a utilização de mediadores (como professores de apoio e assistentes terapêuticos).

Além disso, o PEI deve ser revisado periodicamente, garantindo que as intervenções sejam eficazes e ajustadas às necessidades de desenvolvimento do aluno. Isso contribui para que o aluno se sinta acolhido e participe ativamente do processo de aprendizagem, potencializando suas chances de sucesso escolar.

Como apontam Glat e Pletsch (2013), o PEI fornece parâmetros claros que permitem a construção de um ambiente inclusivo, facilitando o planejamento e a execução de estratégias pedagógicas mais eficazes para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). De acordo com Costa (2016), o PEI não apenas orienta os professores, mas também funciona como um "farol" em um cenário frequentemente desafiador. Nas palavras da autora:

O PEI vem colaborar de maneira concreta para o processo de ensino e aprendizagem desses estudantes, de forma contextualizada com os objetivos e com a proposta curricular que será desenvolvida para toda a turma, devendo ser periodicamente avaliado e revisado, considerando o aluno/aluna em seu nível atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados a curto, médio e longo prazos (COSTA, 2016, p. 12).

Portanto, ao consolidar o PEI como uma estratégia central no contexto educacional, destaca a importância de investimentos em formação docente e recursos escolares, bem como do fortalecimento de uma cultura colaborativa. Dessa forma, o PEI não apenas contribui para superar barreiras no processo de ensino, mas também amplia as oportunidades de sucesso acadêmico e social dos alunos, reafirmando o compromisso com uma educação equitativa e inclusiva.

A relevância do PEI na educação inclusiva é inegável, pois ele promove a igualdade de oportunidades para alunos com deficiências e necessidades ou transtornos específicos de aprendizagem. Em um sistema educacional inclusivo, todos os alunos, independentemente de suas condições, devem ter a possibilidade de aprender e se desenvolver de forma plena. O PEI possibilita essa igualdade ao adaptar e flexibilizar o currículo às necessidades do aluno, garantindo que ele possa acessar o conteúdo da forma mais adequada, seja por meio de recursos pedagógicos alternativos ou de métodos de ensino diferenciados. Estabelecer um acompanhamento individualizado, permitindo que os professores e demais profissionais da escola acompanhem o progresso do aluno de maneira contínua e ajustem as estratégias conforme necessário.

Além disso, o PEI pode promover a autonomia e autoestima do aluno, uma vez que, com a adaptação curricular e os devidos apoios, ele se sente mais capaz de participar do ambiente escolar e de conquistar seus objetivos acadêmicos e garante a participação plena do aluno na vida escolar, não apenas nas atividades

acadêmicas, mas também nas sociais, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento de habilidades de interação e convivência. O PEI pode fortalecer a colaboração entre escola e família, já que ambos os grupos são parte fundamental na construção do plano. A troca de informações sobre as necessidades e progressos do aluno contribui para uma abordagem mais integrada e eficaz.

Sendo assim, o Plano Educacional Individualizado (PEI) se apresenta como uma ferramenta fundamental na promoção da inclusão escolar, permitindo que alunos com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais tenham acesso a um ensino adaptado às suas especificidades. Ao contemplar as particularidades de cada estudante, o PEI não só adapta o currículo e as metodologias de ensino, mas também estabelece metas claras e práticas pedagógicas personalizadas, visando o desenvolvimento pleno do aluno. A implementação eficaz deste plano depende de uma abordagem colaborativa, que envolve a participação ativa de professores, familiares e uma equipe multidisciplinar, e deve ser constantemente revista para garantir sua adequação às necessidades do aluno ao longo do tempo.

Ao adotar o PEI, as escolas não apenas promovem a igualdade de oportunidades, mas também fortalecem o ambiente escolar, criando condições para que os alunos se sintam acolhidos e motivados a superar suas dificuldades. A prática inclusiva proporcionada pelo PEI vai além do aspecto acadêmico, contribuindo para o desenvolvimento social, emocional e a formação de cidadãos mais autônomos e confiantes. Assim, o PEI representa um avanço significativo na educação inclusiva, alinhando-se aos princípios da Lei Brasileira de Inclusão e reafirmando o compromisso da educação com a equidade e a valorização das diversidades.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou investigar os desafios enfrentados pelos professores ao realizar flexibilizações e adaptações curriculares para estudantes com deficiência ou transtornos específicos de aprendizagem no contexto da educação inclusiva. O problema central consistiu em compreender quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes e como estratégias pedagógicas podem ser implementadas para garantir a inclusão e a igualdade no ambiente escolar.

Foi apresentado na primeira seção, os conceitos de flexibilização e adaptação curricular, ressaltando a importância de compreender as diferenças entre os dois termos. Enquanto a adaptação envolve ajustes específicos para atender às necessidades individuais dos estudantes, a flexibilização busca reorganizar o currículo de forma mais ampla, respeitando a diversidade da sala de aula. Ambas são fundamentais para garantir que todos os alunos tenham acesso ao aprendizado de maneira justa e significativa. A segunda seção abordou os desafios enfrentados pelos docentes na construção de estratégias pedagógicas para a adaptação e flexibilização curricular. Foi possível concluir que a formação inicial de muitos professores não contempla integralmente as competências necessárias para trabalhar com a inclusão educacional. Além disso, fatores como sobrecarga de trabalho, falta de recursos pedagógicos e insuficiência de apoio institucional foram apontados como barreiras que dificultam a implementação de práticas inclusivas eficazes.

Na última seção, o trabalho apresentou o Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma ferramenta essencial para viabilizar a adaptação curricular e o atendimento às necessidades específicas dos estudantes. O PEI permite uma abordagem personalizada, com objetivos claros e estratégias adaptadas às particularidades de cada aluno. Sua aplicação, no entanto, exige a colaboração entre professores, famílias e uma equipe multidisciplinar, além de um acompanhamento contínuo para garantir sua eficácia.

Conclui-se que, embora a inclusão escolar tenha avançado significativamente, ainda há muito a ser feito para superar as dificuldades que comprometem sua eficácia. Investir na formação continuada de professores, ampliar o acesso a recursos pedagógicos e fortalecer o suporte especializado são medidas indispensáveis para consolidar uma educação inclusiva de qualidade. Dessa forma, a escola pode cumprir seu papel de promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes, respeitando suas diferenças e potencializando suas capacidades.

REFERÊNCIAS

ADAPTAÇÃO. Dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/adaptacao/>. Acesso em: 25 out. 2024.

BEYER, Werner. Da Integração Escolar à Educação Inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.). **Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm . Acesso em: 3 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 3 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça/CORDE. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler D. **Adequação Curricular: um recurso para a educação inclusiva**. [s. d.]. p. 1, 2008.

COSTA, D. S. **Plano educacional individualizado: implicações no trabalho colaborativo para inclusão de alunos com autismo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

COSTA, A. L. **Adaptação curricular na escola inclusiva e seus reflexos no processo da aprendizagem e socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais**. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 39-53, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SBddwdP/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

DSM-5 – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FLEXIBILIZAÇÃO. **Dicionário online de português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/flexibilizacao/>. Acesso em: 25 out. 2024.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

GLAT, Rosana. **A Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva: diretrizes políticas e ações pedagógicas**. Relatório Científico do projeto CNPQ 2010-2012. Rio de Janeiro, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LÜCK, Heloísa. **Currículo e Inclusão: a flexibilização e a adaptação na educação especial**. São Paulo: Cortez, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2018.

OLIVEIRA, Marly de. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas e desafios**. São Paulo: Editora Pedagógica, 2017.

OLIVEIRA, M. A. **A inclusão de alunos com deficiência auditiva na escola regular**. Fortaleza: Editora Saberes, 2021.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. **O papel do professor na mediação pedagógica de alunos com necessidades educacionais especiais**. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 11-23, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/6HBzvdf/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2024.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado**. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 193-208, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 2. ed. São Paulo: WAK Editora, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. e-PUB. ISBN 978-85-249-2081-3.

SHIMAZAKI, Elsa Midori; FELLINI, Dinéia Ghizzo Neto; ACENCIO, Cristina Ferreira. **Apropriação do sistema linguístico da Língua Portuguesa por alunos surdos: uma análise a partir das práticas de leitura, escrita, revisão e reescrita**. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 11, n. 22, p. 592-618, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/22386084.2022.11.22.592-618>. Acesso em: 19 mai. 2024

SILVA, T. L. **A inclusão educacional e o uso de tecnologias assistivas no ensino de alunos com deficiência**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo,

v. 26, n. 1, p. 97-110, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/27Fkq9V/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SOUZA, Damiana Calixto de; BRINGEL, Maricélia Felix Andrade. **Educação Inclusiva: Principais Dificuldades no Processo de Ensino e Aprendizagem no Ambiente Escolar**. Id on Line **Rev. Psic.**, v. 17, n. 68, p. 460-472, out. 2023. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br>. Acesso em: 19 nov. 2024.

VIANNA, M. M.; SILVA, S. E. & SIQUEIRA, C. F. O. (2011). **Plano Educacional Individualizado – Que ferramenta é esta?** Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, UEL, Londrina.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev S. **Fundamentos da defectologia**. Tradução de José Cipolla Neto e Cláudia Schilling. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.